

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.396 - PA (2019/0338458-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : **MARCOS PEREIRA CASTRO (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR - PA011505**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por MARCOS PEREIRA CASTRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará no julgamento do HC n. 0808463-67.2019.8.14.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes). O mandado de prisão foi cumprido em 12/12/2018 (fl. 52).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, nos termos do acórdão acostado às fls. 49/56.

No presente recurso, sustenta, em suma, excesso de prazo injustificado para a formação da culpa, haja vista que o recorrente está preso desde 13/12/2018, sem que a defesa tenha dado causa ao atraso.

Requer, assim, o relaxamento da prisão preventiva para que o recorrente possa responder ao processo em liberdade.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 99/103).

É o relatório.

A presente irresignação traz pedido idêntico a um dos formulados no RHC 112338/PA, que teve o mérito julgado em 15/10/2019, pela Quinta Turma deste Superior Tribunal, a qual afastou o excesso de prazo para a formação da culpa.

Dessa forma, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste recurso. Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.**

**MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.*

*II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.*

*Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).*

Por tais razões, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator